

DECISÕES DA CIT
25 de outubro de 2007

CONASS

Pauta	Decisões/Encaminhamentos
Homologações	
1. Termos de Compromisso de Gestão – TCG dos estados de: Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e do Distrito Federal. 2. Os TCG dos municípios conforme relação anexa.	Homologados. Ficou acordado que os Termos que derem entrada na Secretaria Técnica da CIT, se corretos, deverão ser publicados em ad referendum à CIT.
3. Projetos de Educação Permanente dos Estados de: 1. Alagoas, 2. Bahia, 3. Espírito Santo, 4. Goiás, 5. Maranhão, 6. Mato Grosso, 7. Mato Grosso do Sul, 8. Minas Gerais, 9. Paraíba, 10. Paraná, 11. Piauí, 12. Rio de Janeiro, 13. Rio Grande do Norte, 14. Rio Grande do Sul, 15. Roraima, 16. Santa Catarina, 17. São Paulo, 18. Sergipe 19. Tocantins.	Homologados. O DGES/SGTES ficou autorizado a analisar e publicar os projetos dos demais Estados em ad referendum à CIT.
4. Certificações de municípios para gestão da vigilância em saúde: Plácido de Castro/AC, Cetanos e Jucuruçu e Sebastião Laranjeiras do Estado da Bahia, Carpina, Casinhas, Ingazeira, Itacumba, Jurema, Palmerina, Parnamirim e Trindade do estado de Pernambuco, Boa Vista do Sul e Camará do Sul do Estado do Rio Grande do Sul.	Homologados.
Pactuações	
1. Política Nacional de Gestão Participativa.	Pactuada. Ficaram acordadas alterações, na redação, de alguns itens, propostas pelo CONASS. O CONASEMS enfatizou que as alterações propostas devem incluir questões referentes a humanização no SUS.
2. Recursos para Qualificação da Gestão do SUS, componente para regulação, controle, avaliação, auditoria e monitoramento, fortalecimento do controle social.	Pactuada. A SGEP colocou sua equipe a disposição das Unidades Federadas - UF para apoio técnico na elaboração dos projetos.
3. Revisão da portaria 2.084/05 - Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.	O diretor do DAF/MS apresentou como avanço. 1 – Acaba a vinculação de recursos a grupos de medicamentos; 2 – Acaba conceito de elenco mínimo obrigatório; 3 – Unifica a Parte Fixa e a Parte Variável; 4 – Execução descentralizada dos recursos 5 – Aquisição pelo MS de Insulinas e SM. E que o MS está adicionando recursos no valor de R\$ 68.676.000,00 Foi aprovado o mérito, mas os valores das SES ainda serão definidos até o final do mês de novembro para o MS publicar a portaria.

4. Pró-Saúde (edital).	A diretora do DGES informou que a portaria de ampliação do Pró-saúde ainda não foi publicada por questões jurídicas, mas já estão sendo equacionadas. O edital proposto foi pactuado.
5. Protocolo sobre a Política de Desprecarização do Trabalho no SUS.	Pactuado. A SGTES estará apresentando na Mesa Nacional Permanente do Sistema Único de Saúde – SUS. O CONASEMS solicitou a assinatura da Nota Técnica, elaborada pela Câmara da CIT, esclarecendo aos gestores municipais que os recursos alocados pela Portaria 1.761, de 24 de julho de 2007, estão destinados ao incentivo para desprecarização dos vínculos trabalhistas dos Agentes Comunitários de Saúde e onde esse problema já estiver resolvido, os recursos deverão ser utilizados na qualificação das ações da atenção básica. A CT/CIT deverá analisar a NT que será assinada pelo MS, CONASS e CONASEMS.
6. Transmissão vertical do HIV e Sífilis.	Pactuada. A SVS acatou a proposta do CONASS para o GT/SVS analisar e propor os critérios para alocação e distribuição dos recursos.
7. Plano de enfrentamento de AIDS e das DST.	Pactuada.
8. Vigilância de óbitos maternos.	Pactuada.
Informes	
13ª Conferência Nacional de Saúde.	A SGEF informou todo processo dos municípios e estados para realizações das Conferências chamando atenção para a necessidade dos gestores apresentarem aos usuários e trabalhadores os projetos para o SUS.
Crerios utilizados pelo Ministério da Saúde para análise dos projetos de convênios.	Dra. Márcia Bassit informou aos gestores os critério que o Ministério da Saúde utilizará na análise e aprovação dos projetos para convênio.
Migração, dos cadastros das equipes do PSF, do SIAB para o SCNES.	O diretor do DAB explicou que em 10 Estados estão com muitos bloqueios. Entre os motivos que os municípios apresentam está o desconhecimento do processo o que não justifica considerando que a

	questão foi discutida durante dez meses com muitas prorrogações de prazo.
CIB/BA informa a constituição de trinta colegiados de gestão regional.	A diretoria do DAD/SE informou que com esses trintas colegiados da Bahia totalizam 189 Colegiados de Gestão Regional informados à CIT. Informou também a publicação da Portaria que regulamenta as condições para transferência de recursos financeiros federais referentes ao incentivo para apoiar as ações de regionalização no Sistema Único de Saúde. Pt. 2.691 de 19 de outubro de 2007. Portanto o DAD/SE já pode providenciar as transferências dos recursos para os Estados que aderiram ao Pacto pela Saúde.
<p>Outros assuntos importantes.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Ministro, José Gomes Temporão, esteve na reunião e informou ao plenário o processo dos gestores do SUS para aprovação da regulamentação da emenda 29. Sobre o PAC-Saúde, convidou os presidentes do COASS e CONASEMS para uma reunião na próxima semana com a finalidade de conhecerem a proposta do Ministério da Saúde para o PAC. Afirmou que a proposta será apresentada ao Conselho Nacional de Saúde e será pauta na reunião da CIT do mês de dezembro de 2007. 2. O Secretário da Vigilância em Saúde, Dr. Gerson Pena, informou ao plenário da CIT que após um seminário de avaliação da dengue foi identificado a probabilidade de uma grande epidemia de dengue em 2008. Nas fronteiras do Brasil já existe circulação do vírus tipo IV e temos registro 121 óbitos, Brasil, por dengue hemorrágica. O Governo Federal acionou vários ministérios para planejar ações articuladas no sentido de reduzir o impacto dessa epidemia. Solicitou ao CONASS e CONASEMS que mobilizem seus representados para articularem os serviços públicos de saneamento, dos seus territórios, na perspectiva de prevenir os criadores dos mosquitos, com também preparar os serviços de saúde para evitar os óbitos. Enfatizou que as campanhas educativas devem sensibilizar a população para as ações de prevenção, especialmente, no controle das áreas domiciliares. 3. O CONASEMS solicitou ao MS uma reunião <u>urgente</u> para discutir e corrigir os erros na implantação do reajuste na tabela SUS. Solicitou uma discussão sobre a rede de alta complexidade. <p>O CONASS propôs que na CIT de 13 de dezembro de 2007 seja pautada a avaliação do processo de assinatura dos Termos de Compromisso de Gestão e a discussão de um mecanismo de indução para o bom desempenho.</p>	